

ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA  
ROSA ELIZABETH ACEVEDO MARIN  
ERIKI ALEIXO DE MELO

# **PANDEMIA E TERRITÓRIO**

2020

## CONSELHO EDITORIAL

**Otávio Velho** – PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

**Dina Picotti** – Universidade Nacional de General Sarmiento, Argentina

**Henri Acserald** – IPPUR –UFRJ, Brasil

**Charles Hale** – University of Texas at Austin, Estados Unidos

**João Pacheco de Oliveira** – PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

**Rosa Elizabeth Acevedo Marin** – NAEA/UFPA, Brasil

**José Sérgio Leite Lopes** – PPGA-MNU/UFRJ, Brasil

**Aurélio Vianna** – Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Brasil

**Sérgio Costa** – LAI FU, Berlim, Alemanha

**Alfredo Wagner Berno de Almeida** – UEMA/UEA, Brasil

## CONSELHO CIENTÍFICO

**Ana Pizarro** – Professora do Doutorado em Estudos Americanos Instituto de  
Estudios Avanzados – Universidad de Santiago de Chile

**Claudia Patricia Puerta Silva** – Professora Associada – Departamento de  
Antropologia – Facultad de Ciências Sociales y Humanas – Universidad de  
Antioquia

**Zulay Poggi** – Professora do Centro de Estudios de Desarrollo – CENDES–  
Universidad Central de Venezuela

**Maria Backhouse** – Professora de Sociologia – Institut für Soziologie –  
FriedrichSchiller-Universitätjena

**Jesús Alfonso Flórez López** – Universidad Autónoma de Occidente de Cali -  
Colombia

**Roberto Malighetti** – Professor de Antropologia Cultural – Departamento  
de Ciências Humanas e Educação “R. Massa” – Università degli Studi de  
Milano-  
Bicocca

Copyright© Autores

**Equipe de organização e edição:**

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Eriki Aleixo de Melo

**Capa:** Phillipe Teixeira

**Diagramação:** Phillipe Teixeira

**ISBN Impresso:** 978-65-00-05792-8

**ISBN E-book:** 978-65-00-05793-5

Ficha catalográfica:

P189 Pandemia e Território / Organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida. Rosa Elizabeth Acevedo Marin. Eriki Aleixo de Melo. – São Luís: UEMA Edições/ PNCSA, 2020.

1226 p.:il.

ISBN Impresso: 978-65-00-05792-8

ISBN E-book: 978-65-00-05793-5

1. Pandemia. 2. Território. 3. Povos e comunidades tradicionais. I. Almeida, Alfredo Wagner Berno de. II. Marin, Rosa Elizabeth Acevedo. III. Melo, Eriki Aleixo de. IV. Título.

CDU 316 + 614.4

Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia –  
Universidade Estadual do Maranhão (PPGCSPA/UEMA)

Cidade Universitária Paulo VI – Caixa Postal 09 – São Luís/MA. Fone (98)  
3245-5461 Fax (98) 3245-5882

## O COVID-19 NOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS DO ACRE

Txai Terri Vale de Aquino<sup>174</sup>

Muitos casos de contaminação de indígenas por coronavírus ocorrem na cidade de Rio Branco, Acre. Os contaminados foram impedidos de retornar às suas terras. De igual modo nas terras indígenas foram montadas barreiras de controle para interditar o acesso de pessoas que não pertencem às suas comunidades ou que contraíram o vírus. Propicia condições de êxito para a efetividade deste mecanismo de interdição e de gestão da saúde nas aldeias o fato de que no Acre o controle dos povos indígenas sobre suas terras acha-se consolidado. Nos últimos 45 anos os povos indígenas no Acre -Huni Kuin/Kaxinawá, Ashaninka/Kampa, Yawanawá, Madijá/Kulina, Manchineri, Jaminawa, Shawãdawa/Arara, Puyanawa, Nukini, Shanenawa e, mais recentemente, Nawa e Kuntanawa- conseguiram, depois de muita luta e resistência, garantir o reconhecimento oficial de 36 terras indígenas no estado, com extensão agregada de pouco mais de 2,5 milhões de hectares, correspondendo a pouco mais de 10% da extensão atual do estado.

Duas observações importantes. Primeira, essas terras são habitadas por cerca de 20 mil indígenas das etnias acima referidas. Segunda, essas terras indígenas, mais de 90% delas já demarcadas e regularizadas, não constituem ilhas de florestas isoladas, porque fazem parte de um mosaico contínuo de áreas de proteção ambiental firmado por 36 trinta e seis Terras Indígenas, 5 (cinco) Reservas Extrativistas (Chico Mendes, Alto Juruá, Alto Tarauacá, Cazumbá/Iracema e Riozinho da Liberdade), além do grande Parque Nacional da Serra do Divisor, da Estação Ecológica Rio Acre e ainda de Projetos de Assentamento Extrativista. Este mosaico contínuo de áreas protegidas,

---

174. Antropólogo.

com extensão total de cerca de 5 milhões de hectares corresponde a quase 40% da extensão do estado. O avanço no processo de regularização deve-se tanto às mobilizações políticas protagonizadas pelas lideranças indígenas e extrativistas, quanto à participação da cooperação internacional em projetos de parceria com o governo brasileiro (PMACI/BID e PPTAL/Governo da Alemanha).

Tendo a consolidação como pano de fundo, pode-se dizer que as terras indígenas têm se constituído em territórios de liberdade e não de confinamento. Já explico. Muitas famílias indígenas, que viviam na capital e nas sedes municipais retornaram às suas aldeias e respectivas terras indígenas logo no início dos primeiros casos de contaminação em Rio Branco. As dificuldades de obtenção do RANI e a dubiedade das ações de saúde indígena facultaram condições para isto. Desde então várias iniciativas indígenas têm sido implementadas numa intensa mobilização étnica. Alguns povos, como os Puyanawa, Ashaninka do Rio Amônia, Yanawá do Rio Gregório, Manchineri e Jaminawa dos rios Iaco e Riozinho, Huni Kuin das três terras Kaxinawá do Jordão e dos rios Humaitá e Carapanã, dentre outros adotaram medidas similares ao lockdown, aconselhando seus parentes a permanecerem em suas aldeias nas terras indígenas. Outros povos realizaram atos simbólicos, como cercar com paus atravessados os leitos dos rios e fechar as entradas em pontos estratégicos de suas terras. O que se observa atualmente é muito trabalho tanto de mobilização em torno da proteção e do controle do acesso às terras indígenas, quanto de atividades extrativistas e de agricultura. Os indígenas estão colocando muitos roçados de praia e terra firme, visando maior fartura de legumes e grãos em suas casas, especialmente agora no início do verão amazônico. Andam livres pela mata, caçando, pescando e coletando produtos alimentares em suas florestas. Construindo novas casas nas aldeias ou mais reservadamente no interior da floresta.

Como afirmou o líder Huni Kuin, Sian Kaxinawá:

“Nas cidades, as pessoas estão vivendo presas dentro de suas casas com medo de serem contaminadas. Nas nossas três terras Kaxinawá do Rio Jordão e na cidade de Jordão e no próprio município não há essa preocupação de ficar preso dentro de casa, com medo de ser contagiado e até morto por um vírus que ninguém vê. Até o Prefeito do Jordão adotou o lockdown, que é como se diz na sede do município. Proibiu voos de avião e quem chega na cidade de barco pelo rio Tarauacá tem que ficar duas semanas de quarentena na sala de uma escola. Nós também estamos proibindo a entrada de pessoas de fora nas aldeias de nossas três terras. E estamos incentivando nossos parentes a não saírem de nossas aldeias e do município. Até agora não tem ninguém contaminado pelo coronavírus em nosso município. Tem parentes na nossa aldeia construindo suas novas casas mais dentro da mata, como outra medida de se precaver por essa pandemia. Estamos unidos, porque antigamente, no tempo das correrias e no cativeiro dos patrões de seringais sofremos muita epidemia de vírus, Mas agora como não há nenhum contágio do corona, está todo mundo plantando na praia e colocando seus roçados na terras firme. Queremos muita fartura de legumes nas nossas casas. Na floresta de nossas terras vivemos em liberdade. E estamos garantindo a segurança alimentar de nossas famílias. Na cidade, fora essa do Jordão, as pessoas ficam presas dentro de casa.” (Sian Kaxinawá, início de maio de 2020).

Enfim, as terras indígenas no estado tem se constituído em espaços de liberdade e trabalho e diversas estratégias de proteção da mencionada pandemia vem sendo adotadas pelas lideranças políticas, professores indígenas, agentes indígenas de saúde e agentes ambientais indígenas, que hoje constituem os governos das aldeias, junto com representantes de suas associações e organizações.

O primeiro caso de indígena no Acre contaminado pelo COVID-19 foi divulgado na quinta-feira, 07 de maio. Trata-se de um técnico de enfermagem do povo Huni Kuin, que trabalha e reside na capital Rio Branco e teve resultado positivo no último dia 4 (quatro). Junto com este primeiro caso também foi notificado mais um Huni Kuin, um estudante também residente na capital. Foi testado pelo DSEI (Distrito Sanitário Especial Indígena) do Alto Purus, no município de Santa Rosa do Purus, onde sua família reside. Neste período o número de infectados no Acre ultrapassa 1000 casos e muitos conhecedores da região dizem que o total de infectados pode ser de 12 a 15 vezes maior que o reportado. As subnotificações superariam em muito os registros. Isto levou a uma intensificação da campanha “Fica na Aldeia TXAI” promovida pela Comissão Pro-Índio do Acre.

No dia 02 de junho a Secretaria Municipal de Saúde de Jordão registrou o primeiro caso positivo para COVID-19. “Trata-se de um cidadão que veio do município de Tarauacá e encontrava-se em isolamento social a 14 dias em um dos locais estabelecidos pela Secretaria de Saúde. O cidadão apresentou a forma assintomática do patógeno durante estes 14 dias de isolamento. Foi feito o teste a contraprova, ambos testaram positivos”, informa a nota datada de dois de junho e assinada por Antonio Carneio dos Santos, Secretário Municipal de Saúde. Quatro dias depois a SESACRE (Secretaria de Saúde do Acre) registrou a morte por COVID-19 de um bebê de seis meses de vida, do povo Huni Kuin da aldeia Recreio, que fica localizada no Rio Purus, no município de Santa Rosa, cujo prefeito é Nego Kaxinawá, que informou “temer um genocídio nas aldeias”, já que pelo menos 46 casos da doença já foram registrados no município (cf. Muniz, Tacita, G! AC- Rio Branco, 06/06/2020 às 20h10).

Que a Rainha da Floresta proteja seus filhos prediletos, os índios das matas, sobretudo aqueles que vivem isolados na floresta voluntariamente, sem contato sistemático com o mundo dos seringais acreanos.